

Data: 06.02.2021

Título: Os perigos do mar

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Diário



Secção: Nacional

Pág: 2;11

# OPINIÃO HOJE

**Adriano  
Moreira**  
**Os perigos do mar**  
**PÁG. 11**

Área: 391cm²/ 18%

FOTO Titagem: 15.750

Cores: 4 Cores

ID: 7053859



## Opinião Adriano Moreira

# Os perigos do mar

**D**esde a origem da CPLP pareceu a observadores deste acontecimento que a sua circunstância no futuro a criar realidade, além da participação no ensino, na investigação, nos valores da livre governança assumida, devesse ser incluída a ambição de uma frota de origem, no futuro seguramente longínquo, repartida mas articulada ao espírito e à capacidade da CPLP. É certo que o problema financeiro, no que respeita a tão específica interdependência, tem sempre de estar presente, especialmente quando já em 2013 se vaticinava, em avaliação, a ameaça de um Século sem Bússola, como já foi 2020.

Esta atípica circunstância faz recordar que a criação da CPLP, na origem, foi considerada por muitos intervenientes como uma "janela de liberdade", tendo designadamente em vista que todos os países da CPLP são marítimos, todos porém com recursos deficientes. Acontece que o presente século sem bússola, apareceu avaliado por uma das mais participadas publicações de investigação francesa, que é a *Ramses*, com a direção de Thierry da Montbrial e Dominique David, com o título – "Un Monde Sans Boussole?". Não é possível evitar que descreva a situação do que chama "a América Latina em fusão", e aceite salientar a gravidade de os EUA terem consagrado, pelo então presidente que possuíram, na Assembleia Geral da ONU, que a projetada cooperação geral não teria futuro. Nos seus últimos dias de presidente, os sinais ultrapassaram aquela arrogância.

Não se passará o necessário geral alívio em territórios da CPLP, designadamente vista a forma de agressão que começou em França por específicos muçulmanos e que parece agora atingir particularmente os macondes, que tanto deveram aos estudos de Jorge Dias. Isto são exemplos cujo anúncio chama a atenção para um dos "Trois Enjeux pour 2020", das conclusões da *Ramses*, que coloca em grande evidência e análise o que chama "Les Mers Dangereuses", sendo um ponto que muito se evidencia com a nova política marítima da China, que se dotou de uma visível nova "força naval", lembrando a marinha de que já se privara quando os nossos navegadores ali chegaram.

Uma das referidas conclusões é que "a liberdade de ação que caracteriza o domínio de ação das frotas encontra obstáculos que poderiam, no meio-termo, afetar os equilíbrios internacionais. Autores estaduais e não estaduais desenvolvem estratégias de contestação da supremacia ocidental no mar, não apenas pela tendência à difusão

de tecnologias avançadas, mas também, de maneira mais estrutural, um reequilíbrio de relações de força mundiais", comecem por salientar que, "sem contar com os marinheiros", são poucos os analistas a tornar relevante que o estatuto estratégico dos espaços marítimos sofreu radical alteração mundial, que certamente faz que o Mediterrâneo, hoje um cemitério de imigrações, possa ser também um Mediterrâneo asiático, em vista da estratégia das Novas Rotas da Seda, do presidente da China Xi Jinping, destinada a reforçar a sua integração no progresso global, procurando reforçar os programas de integração regional asiática.

A atual crise dos EUA torna a questão mais desafiante. Mas as exigências que todas estas conclusões dos investigadores salientam têm um interesse para a questão da relação da CPLP com a nossa vocação e liberdade de país historicamente marítimo, mas também particularmente para o Atlântico, quer pela Defesa e Segurança Europeia, em que participaremos, quer pelo facto de esse mar não estar isento de ser já incluído entre "os mares perigosos", sendo nesse mar que se encontram pelo menos históricos interesses nacionais, incluindo a importância da "plataforma continental", e os arquipélagos. É um tema que parece dever ter, no estudo e na resposta, com firmeza, um conselho presidido pelo comandante supremo das Forças Armadas, e informando o parlamento.

E talvez seja um tema que anime os programas eleitorais, porque já parecem tempos dos que exigem animar a esperança de um novo futuro, depois de vencer a inquietante situação atual, ao fazer passar por um conselho. O mar não foi nunca apenas uma relação poética com Portugal, mas também a realidade, que por ela foi Portugal chamado a Primeira Nação Templária (F. Silva, 2018). É natural que tenha sempre a intervenção do Presidente da República, também eleito comandante supremo das Forças Armadas com competência a respeitar, pela conjuntura. É talvez útil relembrar o passado, cujos sacrifícios da Nação Templária foram minuciosamente registados por João Morgado (2015) no seu livro *Vera Cruz*: o presente é hoje desafiante e o mar perigoso não anuncia que dispense, com êxito, enfrentar as exigências e riscos do mar português, agora enfrentando a realidade da CPLP ser marítima. O Presidente da República, que elegemos, é constitucionalmente eleito também como "comandante supremo das Forças Armadas".